

# POLÍTICA EM PORTUGAL

Pedro Nuno nº35401

Tiago Simões nº31334

Política em Portugal .....	1
Introdução.....	1
Implementação da República em Portugal .....	1
Assembleia da República .....	2
Presidente da República .....	3
Marcelo Rebelo de Sousa .....	4
Constituição da República .....	4
Governo em Portugal .....	6
Partidos portugueses.....	6
Partido Socialista .....	7
Partido Social Democrata .....	8
Bloco de Esquerda .....	9
Partido Comunista Português .....	10
Chega .....	10
Situação atual Política .....	11
Crise Financeira .....	12
Economia Portuguesa.....	13
Impacto da guerra na Ucrânia na ecónomia portuguesa.....	15
Legislação.....	16
A reforma do sistema de justiça em Portugal .....	16
O papel da União Europeia na recuperação económica de Portugal .....	17
A desigualdade social e económica em Portugal.....	17
Política de imigração em Portugal e a integração de imigrantes .....	18
A igualdade de género e a representação feminina na política portuguesa .....	21
A reforma do sistema político português e o papel dos partidos políticos .....	24
Conclusão .....	30

# Política em Portugal

## Introdução

A política em Portugal tem raízes profundas que remontam ao início do século XII, quando o país se tornou um reino independente. Desde então, a sua evolução política tem sido influenciada por várias revoluções, guerras e mudanças sociais significativas.

Atualmente, Portugal é uma república democrática parlamentarista, onde o poder executivo é exercido pelo Presidente da República e pelo Primeiro-Ministro, e o poder legislativo é exercido pela Assembleia da República. O sistema político português é marcado pela presença de vários partidos políticos com ideologias diversas, o que contribui para um debate político acalorado e rico.

Desde a Revolução dos Cravos em 1974, Portugal tem feito avanços significativos em termos de direitos humanos, igualdade de género e liberdade de expressão. Apesar disso, há ainda muitos desafios políticos e sociais a enfrentar, incluindo a corrupção, o desemprego e as desigualdades económicas e sociais.

Uma das principais mudanças promovidas pela República em Portugal foi a separação entre a Igreja Católica e o Estado, que levou a uma série de reformas educacionais, como a criação de um sistema público de ensino gratuito, laico e obrigatório. A República também introduziu mudanças significativas no sistema político, com a adoção de um sistema parlamentarista e a criação de partidos políticos, o que permitiu a participação mais ampla dos cidadãos nas decisões políticas.

Em suma, a política em Portugal é um tema complexo e multifacetado que requer um olhar cuidadoso sobre a sua história e evolução para se entender plenamente os desafios enfrentados pelo país hoje em dia.

Uma das principais mudanças promovidas pela República em Portugal foi a separação entre a Igreja Católica e o Estado, que levou a uma série de reformas educacionais, como a criação de um sistema público de ensino gratuito, laico e obrigatório. A República também introduziu mudanças significativas no sistema político, com a adoção de um sistema parlamentarista e a criação de partidos políticos, o que permitiu a participação mais ampla dos cidadãos nas decisões políticas.

## Implementação da República em Portugal

A implantação da República em Portugal ocorreu em 5 de outubro de 1910, após um longo período de agitação política e social que culminou na queda da monarquia constitucional portuguesa. O movimento republicano português havia surgido nas últimas décadas do século XIX, inspirado pelas ideias liberais e progressistas que se espalhavam pela Europa e pelas Américas.

A implementação da República em Portugal foi um processo tumultuado e marcado por conflitos políticos e sociais. Após a Proclamação da República, o novo governo enfrentou a oposição da Igreja Católica, da aristocracia rural e de outros grupos conservadores que se opunham às mudanças políticas e sociais promovidas pela República.

Entre as principais medidas adotadas pela República em Portugal, destacam-se a separação entre Igreja e Estado, a criação de um sistema público de ensino laico e obrigatório, a implementação de uma legislação trabalhista mais protetora, a criação de partidos políticos e a adoção do sufrágio universal masculino. Essas mudanças representaram uma rutura significativa com o passado monárquico e colocaram Portugal em sintonia com as transformações políticas e sociais que ocorriam na Europa.

No entanto, a implementação da República em Portugal também enfrentou vários desafios e crises, incluindo greves, manifestações populares, revoltas militares e a instabilidade política geral. O país também foi afetado pela Primeira Guerra Mundial e pela crise econômica que se seguiu à guerra. Em 1926, uma ditadura militar liderada pelo general António de Oliveira Salazar assumiu o poder em Portugal, encerrando a Primeira República e iniciando um período de autoritarismo e repressão política que duraria até 1974.

Em resumo, a implantação da República em Portugal foi um momento histórico marcante, que representou uma rutura significativa com o passado monárquico e colocou o país em sintonia com as transformações políticas e sociais que ocorriam na Europa. No entanto, a transição para a República foi tumultuada e enfrentou vários desafios e crises, e a própria República em Portugal durou pouco tempo antes de ser substituída por uma ditadura militar.

## Assembleia da República

A Assembleia da República é o órgão máximo do poder legislativo em Portugal. É composta por 230 deputados eleitos pelo povo português a cada quatro anos, por meio de sufrágio universal, direto e secreto. A sua sede encontra-se no Palácio de São Bento, em Lisboa, desde 1834.

A principal função da Assembleia da República é a elaboração, discussão e aprovação de leis que regem a vida política, social e econômica do país. Além disso, a Assembleia tem a responsabilidade de fiscalizar o trabalho do governo e de controlar o orçamento do Estado.

A Assembleia da República é presidida por um presidente, eleito pelos seus pares por um período de dois anos e meio. O presidente tem a responsabilidade de assegurar o bom funcionamento dos trabalhos parlamentares, garantir o cumprimento da Constituição e representar a Assembleia nos assuntos oficiais.

Os deputados da Assembleia da República são organizados em grupos parlamentares, que representam as diferentes forças políticas presentes na Assembleia. Cada grupo parlamentar tem a sua liderança e tem a responsabilidade de apresentar propostas de leis, participar nos debates parlamentares e representar a sua força política na Assembleia.

Além das funções legislativas, a Assembleia da República tem a responsabilidade de eleger o Presidente da República, em conjunto com outras entidades, e de aprovar a nomeação do primeiro-ministro e dos membros do governo. A Assembleia também pode convocar referendos para decisões importantes da nação, como mudanças na Constituição ou a adesão a organizações internacionais.

Em suma, a Assembleia da República é um dos pilares fundamentais da democracia portuguesa, garantindo o funcionamento do sistema político e a representação do povo português. Com a sua atuação, a Assembleia da República tem um papel crucial na tomada de decisões importantes para a sociedade portuguesa.

## Presidente da República

O Presidente da República é o chefe de Estado em Portugal. Ele é eleito por sufrágio universal e direto para um mandato de cinco anos, podendo ser reeleito uma única vez. O presidente é o garante da Constituição e tem como principal função representar o país em assuntos internacionais, promover a unidade nacional e garantir a estabilidade institucional.

O Presidente da República é eleito por todos os cidadãos portugueses maiores de 18 anos e residentes em Portugal. A eleição ocorre através de voto secreto e direto e é realizada em duas voltas, caso nenhum candidato obtenha a maioria absoluta dos votos na primeira volta. Os candidatos devem ter nacionalidade portuguesa, ser maiores de 35 anos e ter um mínimo de 7.500 assinaturas de eleitores.

Uma vez eleito, o Presidente da República assume funções como a de promulgar ou vetar as leis aprovadas pela Assembleia da República, dissolver a Assembleia em casos específicos, nomear o Primeiro-Ministro e os membros do governo, e presidir ao Conselho de Estado, um órgão consultivo que reúne o presidente, o Primeiro-Ministro, o presidente da Assembleia da República, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Provedor de Justiça, o presidente do Tribunal Constitucional e os ex-presidentes da República.

Além das funções constitucionais, o Presidente da República tem um papel simbólico e representativo, atuando como a imagem do país no exterior e promovendo a coesão e unidade interna. O presidente também tem o poder de conceder indultos e decretar o estado de emergência em casos de ameaça à segurança nacional ou à paz social.

## Marcelo Rebelo de Sousa

Marcelo Rebelo de Sousa é um político português, atualmente a exercer o cargo de Presidente da República de Portugal. Ele foi eleito em 2016, sucedendo a Aníbal Cavaco Silva e foi reeleito em 2021 com uma percentagem significativa de votos. Nascido em Lisboa em 1948, Marcelo Rebelo de Sousa estudou Direito na Universidade de Lisboa e mais tarde tornou-se professor de Direito, lecionando em várias universidades portuguesas, incluindo a Universidade de Lisboa e a Universidade Católica Portuguesa.

Marcelo Rebelo de Sousa começou a sua carreira política como deputado na Assembleia Constituinte de 1975, após a Revolução dos Cravos, que pôs fim à ditadura em Portugal. Desde então, ele foi eleito para vários cargos políticos, incluindo a liderança do Partido Social Democrata, que ocupou de 1996 a 1999.

Ao longo da sua carreira política, Marcelo Rebelo de Sousa tornou-se conhecido pelo seu estilo afável e próximo das pessoas. Ele é amplamente considerado como uma figura consensual em Portugal, com uma abordagem pragmática e conciliatória. Ele tem apoiado a estabilidade política e económica em Portugal e tem sido um defensor de uma maior integração europeia.

## Constituição da República

A Constituição da República Portuguesa é a lei fundamental que regula a organização e funcionamento do Estado português, bem como os direitos e deveres dos cidadãos portugueses. Foi aprovada em 2 de abril de 1976, após a queda do regime ditatorial que durou quase meio século.

A Constituição da República Portuguesa está organizada em dez capítulos, que abrangem os principais temas do funcionamento do Estado, tais como a organização do poder político, os direitos e deveres fundamentais dos cidadãos, a organização do poder judicial, a organização do poder local, entre outros.

O primeiro capítulo da Constituição estabelece os princípios fundamentais do Estado português, nomeadamente o carácter laico do Estado, a sua forma de governo democrática e a sua separação de poderes. O segundo capítulo estabelece os direitos e deveres fundamentais dos cidadãos, como a liberdade de expressão, a liberdade de reunião e a liberdade de culto.

O terceiro capítulo estabelece a organização e funcionamento do poder político em Portugal, incluindo a Assembleia da República, o Presidente da República, o Governo e os Tribunais. O quarto capítulo estabelece a organização do poder local, com a criação das freguesias, municípios e regiões autónomas.

O quinto capítulo aborda a economia e a cultura, estabelecendo a defesa da livre iniciativa económica, a valorização do trabalho e a proteção do património

cultural. O sexto capítulo estabelece a defesa e a segurança nacional, nomeadamente a organização das Forças Armadas e das forças de segurança.

O sétimo capítulo estabelece a fiscalização da constitucionalidade das leis e dos atos do governo, através do Tribunal Constitucional. O oitavo capítulo estabelece a organização do sistema judicial português. O nono capítulo estabelece a relação de Portugal com outros Estados, nomeadamente a sua integração na União Europeia. O décimo e último capítulo aborda a revisão constitucional.

A Constituição da República Portuguesa é uma lei fundamental para a democracia portuguesa e tem sido alvo de várias revisões ao longo dos anos, com o objetivo de adaptá-la às mudanças sociais, políticas e económicas. Com a sua atuação, a Constituição da República Portuguesa estabelece os princípios e regras fundamentais para o funcionamento do Estado português e para a garantia dos direitos e deveres dos cidadãos portugueses. Licenciado em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, pós-graduado em Estudos Europeus pela Universidade Católica de Lisboa e advogado. Foi Deputado à Assembleia da República entre 1991 e 2004.

Durante mais de dez anos, entre 1982 e 1993, foi membro da Assembleia Municipal de Lisboa e, entre 1993 e 1995, foi Vereador na Câmara Municipal de Loures.

Desempenhou funções de Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares no XIII Governo Constitucional, entre 1995 e 1997, e Ministro dos Assuntos Parlamentares, entre novembro de 1997 e outubro de 1999. Após essa data, de outubro de 1999 a abril de 2002, foi Ministro da Justiça da República Portuguesa.

Durante dois anos presidiu na Assembleia da República ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, de abril de 2002 a março de 2004 e, pouco tempo depois, rumou ao Parlamento Europeu onde foi Deputado entre junho de 2004 e março de 2005, tendo sido, durante esse período, Vice-Presidente do Parlamento Europeu.

No XVII Governo Constitucional, de março de 2005 a maio de 2007, foi Ministro de Estado e da Administração Interna.

Foi Presidente da Câmara Municipal de Lisboa durante oito anos, entre 1 de agosto de 2007 e 6 de abril de 2015.

No período entre 2010 e 2015 foi Membro do Comité das Regiões e assumiu ainda a Presidência do Conselho da Área Metropolitana de Lisboa de 4 novembro de 2013 a 6 de abril de 2015. A nível partidário, António Costa é Secretário-Geral do Partido Socialista desde 22 de novembro de 2014.

Foi Primeiro-Ministro dos XXI e XXII Governos Constitucionais (2015-2019 e 2019-2022).

## Governo em Portugal

O governo português é o órgão máximo do poder executivo em Portugal. É responsável por implementar as políticas e programas do Estado português, bem como gerir os recursos públicos do país. O governo é liderado pelo Primeiro-Ministro, que é nomeado pelo Presidente da República após consulta aos partidos políticos com assento parlamentar.

O atual governo português foi formado após as eleições legislativas de 2019, em que o Partido Socialista, liderado por António Costa, ganhou o maior número de assentos no parlamento. O governo é composto por 19 ministros, que lideram as diferentes áreas governamentais, desde a economia até a cultura.

Entre as principais responsabilidades do governo português estão a gestão da economia do país, a promoção do emprego e do bem-estar social, a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento da educação e saúde públicas. O governo também é responsável pela defesa e segurança nacional, bem como pela política externa de Portugal. O governo português tem implementado diversas reformas e políticas nos últimos anos para modernizar e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos portugueses. Entre as principais medidas estão a redução do déficit orçamentário, a promoção de investimentos estrangeiros, a reforma da previdência social e a melhoria da infraestrutura do país.

Além disso, o governo português tem buscado fortalecer a sua presença na União Europeia e no mundo, participando ativamente em fóruns internacionais e estabelecendo relações diplomáticas com países de todo o mundo. No entanto, o governo português também enfrenta desafios, como a pressão dos grupos de interesse e a necessidade de lidar com crises como a pandemia de COVID-19 e a crise migratória. É importante que o governo continue a buscar soluções inovadoras e eficazes para esses desafios, garantindo o desenvolvimento sustentável e a prosperidade do país.

## Partidos portugueses

Portugal é um país com uma grande diversidade política, com vários partidos que representam diferentes ideologias e interesses. Aqui estão alguns dos principais partidos portugueses:

**Partido Socialista (PS):** o partido socialista é atualmente o partido no poder em Portugal, liderado pelo Primeiro-Ministro António Costa. É um partido social-democrata, que promove a justiça social e a igualdade, defende a União Europeia e a integração regional e tem uma forte ênfase na educação e na saúde públicas.

**Partido Social Democrata (PSD):** o PSD é um partido de centro-direita, que promove uma economia de mercado livre e aberto, com ênfase na iniciativa privada e no empreendedorismo. O partido é liderado por Rui Rio e tem uma visão mais conservadora em questões sociais.



**Bloco de Esquerda (BE):** o BE é um partido de extrema-esquerda que promove políticas de esquerda, como o apoio aos trabalhadores, a justiça social, a igualdade de género e a proteção do meio ambiente. É liderado por Catarina Martins e tem uma forte presença entre a juventude e a classe trabalhadora.

**Partido Comunista Português (PCP):** o PCP é um partido comunista que promove políticas de esquerda, incluindo a nacionalização de empresas, o apoio aos trabalhadores e a luta contra o imperialismo. É liderado por Jerónimo de Sousa e tem uma forte presença nas zonas rurais e entre os trabalhadores da construção civil.

**Partido Popular (CDS-PP):** o CDS-PP é um partido conservador que promove valores tradicionais, como a família, a religião e a liberdade individual. É liderado por Francisco Rodrigues dos Santos e tem uma base eleitoral mais conservadora e religiosa.

**Chega:** o Chega é um partido de extrema-direita que promove políticas nacionalistas e populistas, incluindo a defesa da soberania nacional, a luta contra a imigração ilegal e a proteção dos valores tradicionais. É liderado por André Ventura e tem uma base eleitoral mais jovem e descontente com a classe política tradicional.

Estes são apenas alguns dos partidos portugueses que moldam o cenário político do país. Cada partido tem as suas próprias ideologias e interesses, e cabe aos eleitores portugueses decidir qual é o partido que melhor representa os seus valores e necessidades.

O Partido Socialista é uma organização política fundada em 1973, que tem como objetivo alcançar um sistema social mais justo e igualitário para toda a sociedade. O partido defende uma política de proteção aos direitos humanos e à liberdade de expressão, bem como a promoção da justiça social e a eliminação da pobreza e da desigualdade.

Uma das principais bandeiras do partido é a luta pelos direitos dos trabalhadores, com ênfase na redução da jornada de trabalho e a ampliação dos direitos trabalhistas. O Partido Socialista também se preocupa com assuntos ambientais, buscando soluções sustentáveis para o desenvolvimento econômico e social.

## Partido Socialista

O Partido Socialista (PS) é um partido político português fundado em 1973, durante o período da ditadura de Salazar. O partido surgiu como uma força de esquerda, com uma ideologia baseada no socialismo democrático e no progressismo social. Desde então, tem sido um dos principais partidos políticos em Portugal, tendo sido governo várias vezes ao longo da sua história.

O PS foi fundado por Mário Soares, que é considerado um dos principais responsáveis pela democracia em Portugal. Soares era um advogado e político progressista que defendia uma economia mista, onde o Estado e o setor privado

coexistem. Sob a sua liderança, o PS conseguiu uma grande vitória nas eleições de 1976, tornando-se o partido mais votado no país.

Nos anos seguintes, o PS governou Portugal em várias ocasiões, com líderes como António Guterres, José Sócrates e António Costa. Durante este período, o partido implementou políticas sociais significativas, incluindo a introdução do Serviço Nacional de Saúde, a expansão da educação pública e a legalização do aborto. Estas políticas foram frequentemente criticadas pela direita portuguesa, que acusava o PS de favorecer os interesses dos pobres em detrimento dos ricos. No entanto, o PS também defende políticas económicas progressistas, como a defesa da igualdade social e da justiça fiscal. O partido também tem uma abordagem internacionalista, defendendo a integração europeia e o multilateralismo em questões globais.

O PS representa atualmente uma força política importante em Portugal, sendo o partido no poder, liderado por António Costa. Embora tenha enfrentado críticas por algumas das suas políticas, o partido continua a ser uma força política significativa, com uma base de apoio leal em todo o país.

Em resumo, o PS é um partido político de esquerda em Portugal, com uma ideologia baseada no socialismo democrático e no progressismo social. Embora tenha sido criticado por algumas das suas políticas sociais, o partido continua a ser um importante ator político no país e representa uma força significativa no panorama político português.

## Partido Social Democrata

O Partido Social Democrata (PSD) é um partido político português fundado em 1974, pouco depois da Revolução dos Cravos que derrubou a ditadura de Salazar. O partido surgiu como uma força de centro-direita, com uma ideologia baseada no liberalismo económico e no conservadorismo social. Desde então, tem sido um dos principais partidos políticos em Portugal, tendo sido governo várias vezes ao longo da sua história.

O PSD foi fundado por Francisco Sá Carneiro, que é considerado um dos principais responsáveis pela democracia em Portugal. Sá Carneiro era um advogado e político conservador que defendia uma economia de mercado livre e uma sociedade baseada nos valores tradicionais. Sob a sua liderança, o PSD conseguiu uma grande vitória nas eleições de 1979, tornando-se o partido mais votado no país. Nos anos seguintes, o PSD governou Portugal em várias ocasiões, com líderes como Aníbal Cavaco Silva, Pedro Santana Lopes e Passos Coelho. Durante este período, o partido implementou reformas económicas significativas, incluindo a privatização de empresas estatais, a liberalização dos mercados financeiros e a redução do défice orçamental. Estas políticas foram frequentemente criticadas pela esquerda portuguesa, que acusava o PSD de favorecer os interesses dos ricos em detrimento dos pobres.

No entanto, o PSD também defende políticas sociais conservadoras, como a defesa da família, a oposição ao aborto e à eutanásia, e uma abordagem mais dura ao crime. Estas políticas são frequentemente associadas aos valores da Igreja Católica, embora o partido tenha tentado afastar-se da religião nos últimos anos.

O PSD representa atualmente uma força política importante em Portugal, sendo um dos principais partidos de oposição ao governo liderado pelo Partido Socialista. Embora tenha perdido apoio popular nas últimas eleições, o partido continua a ser uma força política significativa, com uma base de apoio leal em todo o país.

Em resumo, o PSD é um partido político de centro-direita em Portugal, com uma ideologia baseada no liberalismo económico e no conservadorismo social. Embora tenha sido criticado por algumas das suas políticas económicas, o partido continua a ser um importante ator político no país e representa uma força significativa no panorama político português.

## Bloco de Esquerda

O Bloco de Esquerda (BE) é um partido político português fundado em 1999, durante um período de grande agitação política e social no país. O partido surgiu como uma alternativa de esquerda ao Partido Socialista, com uma ideologia baseada no socialismo democrático, no ecologismo e no feminismo. Desde então, tem sido um dos principais partidos políticos em Portugal, com uma base de apoio significativa entre os jovens e as camadas mais progressistas da sociedade. O BE foi fundado por um grupo de políticos, ativistas e intelectuais de esquerda, incluindo Francisco Louçã, Fernando Rosas e Miguel Portas. Estes líderes defendiam uma visão mais radical de esquerda, com um compromisso claro com a justiça social, a proteção do ambiente e os direitos humanos.

O partido tem defendido uma série de políticas progressistas ao longo dos anos, incluindo a defesa do Estado social, a luta contra a austeridade, a legalização das drogas leves e a igualdade de género. O partido também tem sido um forte crítico da União Europeia, defendendo a necessidade de uma reforma radical da instituição e de uma maior autonomia para os países do Sul da Europa. O BE representa atualmente uma força política importante em Portugal, sendo o terceiro partido mais votado nas eleições de 2019. Embora ainda não tenha participado em nenhum governo, o partido tem sido um parceiro essencial para a formação de coligações de esquerda, como aconteceu em 2015 com o Partido Socialista e os Verdes.

Em resumo, o BE é um partido político de esquerda em Portugal, com uma ideologia baseada no socialismo democrático, no ecologismo e no feminismo. Embora tenha sido criticado por algumas das suas políticas, o partido representa uma força significativa no panorama político português, com uma base de apoio leal entre os jovens e as camadas mais progressistas da sociedade.

## Partido Comunista Português

O Partido Comunista Português (PCP) é um partido político português fundado em 1921, tendo sido o primeiro partido comunista legalmente constituído na Europa Ocidental. O partido tem uma ideologia baseada no marxismo-leninismo e defende a transformação da sociedade numa sociedade socialista, através de uma revolução do povo português. O PCP tem uma longa história de luta contra o fascismo em Portugal, tendo sido uma das principais forças da oposição ao regime de Salazar. Durante este período, o partido foi perseguido e muitos dos seus membros foram presos, torturados e executados. No entanto, o partido nunca deixou de lutar pelos seus ideais, tendo sido um dos principais responsáveis pela derrubada da ditadura em 1974.

Desde então, o PCP tem sido um importante ator político em Portugal, defendendo uma série de políticas de esquerda, como a defesa dos direitos dos trabalhadores, a nacionalização de setores estratégicos da economia e a expansão dos serviços públicos. O partido também tem sido um crítico feroz do neoliberalismo e da globalização, defendendo a necessidade de uma política económica mais justa e solidária. O PCP tem sido um parceiro de coligação importante para o Partido Socialista em várias ocasiões, tendo participado em governos liderados pelo PS em 1975 e 2015. No entanto, o partido também tem sido crítico do PS em muitas questões, considerando que o partido não tem ido suficientemente longe na implementação de políticas de esquerda.

O PCP representa atualmente uma força política importante em Portugal, tendo sido o quarto partido mais votado nas eleições de 2019. Embora alguns critiquem o partido por manter uma posição ideológica rígida, o PCP continua a ser um partido com uma base de apoio leal em todo o país.

Em resumo, o PCP é um partido político de esquerda em Portugal, com uma ideologia baseada no marxismo-leninismo e na luta pela transformação da sociedade numa sociedade socialista. O partido tem uma longa história de luta contra o fascismo e representa uma força política importante no panorama político português, defendendo políticas de esquerda e uma economia mais justa e solidária.

## Chega

O Chega é um partido político português fundado em 2019, tendo sido criado pelo político André Ventura, que deixou o Partido Social Democrata para formar o novo partido. O Chega tem uma ideologia de direita, com uma forte ênfase na defesa da identidade nacional e na luta contra a corrupção.

O partido tem sido fortemente criticado por muitas das suas políticas, consideradas por muitos como xenófobas e racistas. O partido defende, por exemplo, a deportação de imigrantes ilegais, a proibição do uso de véus islâmicos em locais públicos e a criação de uma "polícia migratória". O partido também tem sido criticado

pela sua posição em relação aos direitos LGBTQ+, tendo votado contra várias medidas destinadas a proteger os direitos dos indivíduos LGBTQ+.

O Chega representa atualmente uma força política controversa em Portugal, tendo obtido uma percentagem significativa de votos nas eleições de 2019. O partido tem atraído principalmente eleitores descontentes com o establishment político e com as políticas de esquerda, bem como aqueles que se sentem ameaçados pela imigração.

Em resumo, o Chega é um partido político português de direita, com uma forte ênfase na defesa da identidade nacional e na luta contra a corrupção. No entanto, o partido tem sido amplamente criticado por muitas das suas políticas, consideradas por muitos como xenófobas e racistas. O partido representa uma força política controversa em Portugal, com uma base de apoio significativa entre os eleitores descontentes com o establishment político e com as políticas de esquerda.

## Situação atual Política

A situação política em Portugal tem sido marcada por uma certa estabilidade nos últimos anos, com o Partido Socialista liderando um governo minoritário desde 2015. Desde então, o governo tem conseguido manter o poder com o apoio de partidos de esquerda, como o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português.

No entanto, as últimas eleições legislativas em 2019 foram marcadas por uma certa mudança, com o Partido Socialista aumentando sua representação no parlamento, mas sem obter maioria absoluta. O Partido Social Democrata, principal partido de oposição, obteve uma redução significativa de votos, perdendo lugares no parlamento. Além disso, as eleições presidenciais de 2021 foram amplamente vencidas pelo atual presidente Marcelo Rebelo de Sousa, que obteve uma grande maioria dos votos. Isso mostra que o atual governo do Partido Socialista continua a ter um forte apoio popular. No entanto, a situação política em Portugal tem enfrentado alguns desafios recentes, como a pandemia da COVID-19 e a crise econômica associada a ela, o governo tem enfrentado críticas devido à lentidão da implementação de medidas de ajuda econômica e social, enquanto que as questões de saúde pública têm sido uma preocupação constante. Além disso, existem desafios na área da justiça, com escândalos de corrupção envolvendo altos funcionários do Estado e empresas privadas. Isso tem levantado questões sobre a integridade do sistema político português e a necessidade de reformas para melhorar a transparência e a responsabilidade dos órgãos governamentais.

Em conclusão, a situação política em Portugal continua a ser marcada por uma certa estabilidade, com o Partido Socialista liderando um governo minoritário. No entanto, o país enfrenta vários desafios, incluindo a pandemia da COVID-19, a crise econômica e questões de corrupção. É fundamental que as autoridades políticas abordem essas questões de forma eficaz para garantir a prosperidade e a estabilidade do país a longo prazo.

## Crise Financeira

Já o Silicon Valley Bank está em regime especial de proteção de credores para que seja evitada a liquidação descontrolada dos seus ativos e a falência. O paralelismo com o fatídico ano de 2007 não podia ser mais evidente. Naquele ano, em março, o banco Bear Stearns começou por dar sinais de fraquejar não conseguindo pagar as responsabilidades financeiras junto dos seus financiadores. Poucos meses depois as duas grandes agências governamentais de crédito imobiliário a Freddie Mac e a Fannie Mae eram publicamente intervencionadas porque estavam em risco de não pagar aos bancos financiadores. Milhões de clientes de crédito hipotecário tinham deixado de pagar as suas prestações e as duas agências tal como o Banco Bear Stearns tiveram de ser postos em regime de proteção de credores.

Seguiu-se a falência do Lehman Brothers com as consequências que toda a gente conhece, 2007 e 2008 foram os anos do culminar de gigantescas emissões de dinheiro pelos bancos centrais europeu e americano para debelar os efeitos da crise das novas tecnologias que deflagrou nos mercados financeiros em 2001. O ano de 2023 é um ano de viragem de dez anos de emissão desenfreada de dinheiro pelos bancos centrais muito superior à primeira para conter e contrariar os efeitos da crise financeira e de 2007 e 2008 que, como sabemos, se tornou numa crise económica e depois numa crise bancária e numa grave crise de dívidas soberanas de estados mais frágeis e endividados, incluindo Portugal. A solução para estas sucessivas crises sempre foi a emissão de mais dinheiro pelos bancos centrais para financiar Estados cada vez mais endividados. Reformas estruturais das economias ocidentais foram poucas ou nenhuma apesar de a Alemanha de Merkel ainda ter tentado obrigar a União a ir por essa via. Mais de dez anos depois, os sinais de uma nova crise financeira internacional avolumam-se. Mas, desta vez, os banqueiros centrais parecem ter-se lembrado dos princípios mais básicos da política monetária. A uma crise de excesso de dinheiro no sistema financeiro que fatalmente gerou bolhas especulativas nas bolsas no imobiliário e até em infantilidade como Bitcoins e NFTs, teria de gerar inflação galopante - só se esqueceram desta teoria os políticos e banqueiros centrais demagogos - não se pode responder com uma nova emissão gigantesca de dinheiro pelos bancos centrais. Os presidentes da FED, do BoE (Bank of England), do BCE (Banco Central Europeu) e do Banco do Japão sabem perfeitamente que desta vez é diferente. Terão de atuar não através de um aquecimento global de concessão de crédito barato, mas através de um congelamento global da movimentação de ativos incluindo saldos de contas bancárias dos cidadãos para evitar bancarrotas sucessivas de bancos, fundos e outras instituições financeiras.

A legislação para implementar moratórias aos levantamentos bancários e resgate de ativos em massa já existe e foi aprovada discretamente pelo Conselho Europeu e pelo Parlamento Europeu por proposta do BCE. Neste cenário de uma nova crise financeira que os banqueiros centrais e os governos do mundo ocidental não podem evitar - apenas tentar suavizar - o que deviam os governantes e os reguladores

financeiros estar já a fazer? Deviam estar já, este fim de semana, reunidos para estabelecer planos de contingência como decretar que os bancos comerciais não possam distribuir em dividendos os lucros de 2022. Esses lucros fabulosos conseguidos à conta de margens financeiras cada vez maiores entre crédito concedido com taxas mais elevadas e depósitos mal remunerados.

Mal faz Centeno em andar a criticar Lagarde pelo aumento das taxas de juro - decidido muito tarde, o que agravou as condições da crise - em vez de estar já a prevenir que os banqueiros voltem a bater à porta dos contribuintes. Em breve infelizmente voltaremos ao mesmo fado. Falências de restaurantes de empresas de comércio de setores inteiros da economia e aumento do mal parado dos bancos. De seguida serão os juros das dívidas soberanas a disparar, desta vez, dos grandes europeus como a Itália e a França, economias com pés de barro por falta de reformas de fundo durante muitas décadas. Melhor faria António Costa em olhar para a saúde financeira do país em vez de andar a promover pacotes de ocupação de casas e liquidações de setores inteiros como o Alojamento Local.

O que aí vem não é bonito. E só não vê quem não quer ver.

## Economia Portuguesa

Que o próximo ano será de desaceleração económica já não há quem duvide, mas ainda é incerto o nível e os efeitos que vai ter. Os economistas, ouvidos pelo ECO, são unânimes em afirmar que o mercado de trabalho vai sofrer algum impacto depois de ter resistido durante 2022, ainda que amortecido pela escassez de mão-de-obra. Já a inflação deverá manter-se elevada, levando a uma perda de poder de compra, apesar de a sua dimensão depender da evolução de vários fatores, nomeadamente alguns fora do controlo do país, como é o caso da guerra na Ucrânia.

Citou o economista conceituado José Reis “Vamos ter um abrandamento do crescimento; vamos ter mais problemas no campo do emprego, quer quanto ao volume de emprego quer à no que diz respeito à qualidade desse emprego” assim como “um quadro ainda inflacionário de forma significativa, porque as medidas — que estão a ser tomadas designadamente pelo BCE — podem não ser suficientes”, aponta ao ECO o economista José Reis. O também professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra sinaliza que será um quadro em que “o conjunto de problemas da economia se vai revelar mais significativo, designadamente, porque além do emprego, o que se avizinha em matéria salarial não vai ser interessante, pois está-se a trabalhar com tetos salariais que vêm trazer grande tensão ao lado do emprego e trabalho porque não repõem poder compra”. Logo, acrescenta o economista, “abranda o crescimento e está a fazer grande pressão no sentido da perda do poder de compra dos assalariados”.

Vânia Patrícia Duarte, analista financeira da Unidade de Estudos Económicos e Financeiros do BPI, também antecipa que “a economia portuguesa desacelere de forma expressiva no próximo ano, considerando os fatores de pressão: inflação deverá

desacelerar mas continuará em níveis elevados, o que obrigará o BCE a prosseguir com o aperto da política monetária e consequente agravamento das taxas de juro”. A analista acrescenta ainda, em declarações ao ECO, que “a isto, juntar-se-á a pressão vinda da crise energética, com impacto nas faturas energéticas das famílias e empresas, para além da incerteza em termos geopolíticos”. A analista aponta que deverá existir “um impacto da forte desaceleração da economia no mercado de trabalho, o que pode acontecer já no quarto trimestre de 2022, mas será um impacto muito contido”. Isto, já que a referida escassez de mão-de-obra, “visível no elevado número de vagas de emprego por preencher e nas dificuldades de contratação reportadas pelas empresas, será um fator de amortecimento, incentivando as empresas a reter os trabalhadores”. Tensões no mercado de trabalho são também um dos alertas de José Reis. “Se a inflação sobe acima do previsto e os salários nem sequer seguirem a norma dos 5,1%” — meta traçada no acordo de rendimentos e competitividade que o economista considera ser “um teto” —, o cenário vai ser complicado. Ainda assim, existe falta de mão-de-obra, uma situação relacionada com facto de se “oferecer um posto de trabalho que não corresponde à qualificação e que tem salário baixo”.

O economista João Cerejeira, especialista em questões de trabalho, também já tinha alertado ao ECO para o facto de o indicador do emprego ainda não ter sofrido “todos os efeitos da inflação”. “A inflação tem um efeito que importa reter: faz diminuir o poder de compra das famílias, o que quer dizer uma quebra real para o próximo ano, e pode ter efeitos no consumo privado e nas empresas viradas para o mercado interno”, realçou. Este cenário “ainda não é atualmente visível”.

Já o Banco de Portugal tem expectativas de que o mercado laboral ainda resista à desaceleração económica no próximo ano, prevendo no mais recente boletim económico que a taxa de desemprego vai continuar estável entre 2023 e 2025. Bruxelas, por sua vez, estima que a taxa de desemprego em Portugal será de 5,9% tanto em 2022 como em 2023, acima da previsão de 5,6% do Governo português. Para 2024, a Comissão antecipa uma descida do desemprego para 5,7%. O economista João Cerejeira, especialista em questões de trabalho, também já tinha alertado ao ECO para o facto de o indicador do emprego ainda não ter sofrido “todos os efeitos da inflação”. “A inflação tem um efeito que importa reter: faz diminuir o poder de compra das famílias, o que quer dizer uma quebra real para o próximo ano, e pode ter efeitos no consumo privado e nas empresas viradas para o mercado interno”, realçou. Este cenário “ainda não é atualmente visível”.

Já o Banco de Portugal tem expectativas de que o mercado laboral ainda resista à desaceleração económica no próximo ano, prevendo no mais recente boletim económico que a taxa de desemprego vai continuar estável entre 2023 e 2025. Bruxelas, por sua vez, estima que a taxa de desemprego em Portugal será de 5,9% tanto em 2022 como em 2023, acima da previsão de 5,6% do Governo português. Para 2024 Olhando para as previsões dos vários organismos nacionais e internacionais, o consenso é no sentido de que o próximo ano será de abrandamento. Mas o nível varia, sendo as mais recentes aquelas mais otimistas: o Banco de Portugal estima que a



economia portuguesa deverá crescer 6,8% este ano e 1,5% em 2023. Já o Governo estimava um crescimento de 6,5% em 2022 e 1,3% no próximo ano, no Orçamento do Estado para 2023.

Mesmo assim, os ministros das Finanças e da Economia já admitiram que a economia poderá crescer mais que o previsto no OE este ano e, como explicou Mário Centeno na apresentação do último boletim, o crescimento em 2022 também permite um efeito de “carry-over” para o próximo ano, ainda que mais diminuto. Do lado do Conselho das Finanças Públicas é antecipado um abrandamento para 1,2% em 2023, numa base de políticas invariantes, ou seja, que não tem em conta as medidas que o Governo vai tomar, nomeadamente no OE. Já a Comissão Europeia cortou a previsão para o crescimento do PIB português, em 2023, em mais de metade para 0,7%, segundo revelou o relatório macroeconómico de outono. Estimativa é igual à do Fundo Monetário Internacional, sendo as instituições mais pessimistas.

António Mendonça, bastonário da Ordem dos Economistas, salienta assim que “tudo parece apontar para uma forte e generalizada desaceleração da atividade económica, variando o grau em que é considerada pelas diferentes projeções”, no boletim de conjuntura deste mês. As estimativas vão então dos 0,7% aos 1,5%, sempre representando um quadro de desaceleração que, para José Reis, é praticamente “inquestionável”. Já sobre o que poderia contrariar isto, o economista da Universidade de Coimbra salienta que se deveria ter “uma deliberação política, que tinha de ser política macroeconómica de desenvolvimento que levasse a que a economia começasse a enfrentar alguns destes grandes dilemas, como é ter um padrão de especialização assente em baixos salários e uso extensivo do trabalho”. “Há uma predominância da criação de emprego em setores de baixos salários, que vivem à custa da proteção de que baixos salários dão e criam pouco valor”, salienta, mas isto num contexto de “desindustrialização em Portugal e excesso de terciarização”, com “subespecialização no turismo”. Assim, o economista defende que é necessária uma “alteração significativa da política económica no sentido de passar a proteger setores de criação de valor e emprego de qualidade e desproteger setores” referidos, de “baixa qualificação do posto de trabalho e de baixos salários”.

Apesar de o turismo ajudar as exportações, o economista entende que se deveria apostar naquelas que têm maior “incorporação de valor nacional”. “A grande cegueira é entendermos que é preciso exportar sem sabermos ou cuidarmos da questão de incorporação de valor”, reitera., a Comissão antecipa uma descida do desemprego para 5,7%.

## Impacto da guerra na Ucrânia na economia portuguesa

A guerra na Ucrânia tem tido um impacto limitado na economia portuguesa, uma vez que os dois países têm relações comerciais limitadas. Em 2020, as exportações portuguesas para a Ucrânia representaram apenas cerca de 0,2% do total das exportações portuguesas.

No entanto, a instabilidade política na Ucrânia e a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014 levaram a um aumento das sanções econômicas impostas pela União Europeia à Rússia. Isso teve um impacto negativo nas exportações portuguesas para a Rússia, que caíram de forma significativa desde 2014. Além disso, a Ucrânia é um importante país produtor de trigo e milho, o que pode afetar os preços desses produtos a nível internacional e, por consequência, os preços em Portugal. No entanto, o impacto é geralmente limitado, uma vez que Portugal importa a maior parte do seu trigo e milho de outros países. Outro possível impacto da guerra na Ucrânia na economia portuguesa é a instabilidade geopolítica e o aumento do risco de conflitos internacionais, o que pode afetar negativamente os mercados financeiros e os investimentos estrangeiros em Portugal.

Em suma, embora a guerra na Ucrânia tenha tido um impacto limitado na economia portuguesa, a instabilidade geopolítica e as sanções econômicas da União Europeia à Rússia podem afetar negativamente as exportações portuguesas e a estabilidade dos mercados financeiros.

## Legislação

### A reforma do sistema de justiça em Portugal

A reforma do sistema de justiça em Portugal tem sido um tema de discussão há vários anos. O objetivo é melhorar o funcionamento do sistema, tornando-o mais eficiente e acessível para os cidadãos. Existem várias áreas que têm sido alvo de debate e que precisam de ser melhoradas, tais como a morosidade dos processos judiciais, a falta de meios e a complexidade da legislação. Uma das medidas propostas para melhorar a eficiência do sistema é a criação de tribunais especializados em áreas específicas do direito, como a corrupção e o crime económico. Isso permitiria que esses processos fossem tratados mais rapidamente e com mais eficácia. Outra medida é a introdução de mecanismos alternativos de resolução de conflitos, como a mediação, para ajudar a resolver litígios de forma mais rápida e eficiente.

Outro problema que tem sido apontado é a falta de meios no sistema judicial, incluindo a falta de pessoal e equipamentos adequados. A reforma do sistema de justiça inclui também medidas para resolver este problema, tais como a contratação de mais pessoal, a atualização dos equipamentos e a melhoria das condições de trabalho dos profissionais da justiça.

A complexidade da legislação portuguesa também tem sido apontada como um obstáculo para o bom funcionamento do sistema de justiça. A reforma do sistema inclui, portanto, a simplificação da legislação e a sua atualização para torná-la mais acessível e clara para todos.

Em suma, a reforma do sistema de justiça em Portugal é fundamental para garantir que os cidadãos tenham acesso a um sistema de justiça justo e eficiente. É um processo complexo e demorado, mas é essencial para melhorar a qualidade da justiça em Portugal e para fortalecer a confiança dos cidadãos nas instituições.

## O papel da União Europeia na recuperação económica de Portugal

A União Europeia (UE) tem desempenhado um papel importante na recuperação económica de Portugal, especialmente após a crise financeira global de 2008. A UE ofereceu ajuda financeira a Portugal e a outros países da zona do euro que enfrentaram dificuldades económicas, o que permitiu aos países implementar medidas de austeridade e reformas estruturais para estabilizar as suas finanças públicas e melhorar a competitividade das suas economias.

Recentemente, a UE lançou um pacote de recuperação económica denominado Next Generation EU, que tem como objetivo apoiar os Estados-Membros da UE na recuperação da crise económica causada pela pandemia da COVID-19. Portugal é um dos principais beneficiários deste pacote, que oferece apoio financeiro para investimentos em áreas-chave, como a transição energética e a digitalização.

Além disso, a UE também tem um papel fundamental no comércio internacional de Portugal. A UE é o principal parceiro comercial de Portugal, e o acesso aos mercados da UE é fundamental para as exportações portuguesas. Portugal também tem beneficiado do financiamento da UE para projetos de desenvolvimento regional e infraestruturas, que contribuem para o crescimento económico.

No entanto, o papel da UE na recuperação económica de Portugal tem sido alvo de críticas, especialmente em relação às condições associadas aos empréstimos e aos programas de ajustamento. Algumas críticas afirmam que a austeridade e as reformas estruturais impostas pela UE foram demasiado severas e tiveram um impacto negativo nas condições sociais e económicas dos portugueses.

Em suma, a UE tem desempenhado um papel fundamental na recuperação económica de Portugal, fornecendo ajuda financeira e apoio para a implementação de medidas de reforma e estabilização. No entanto, é importante que as condições associadas a essa ajuda sejam cuidadosamente equilibradas para garantir que não prejudiquem as condições sociais e económicas dos cidadãos portugueses.

## A desigualdade social e económica em Portugal

A desigualdade social e económica em Portugal é um problema persistente que tem sido objeto de preocupação crescente nas últimas décadas. Embora Portugal tenha feito progressos significativos na redução da pobreza e da desigualdade desde o

início dos anos 2000, a desigualdade ainda persiste em muitas áreas, incluindo no acesso à educação, ao emprego e à saúde. Uma das principais causas da desigualdade em Portugal é a concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos. Algumas medidas para combater a desigualdade incluem: Redistribuição de renda: uma das formas mais eficazes de reduzir a desigualdade é através de políticas que redistribuem a renda. Isso pode incluir programas de assistência social, aumentos nos salários mínimos e impostos progressivos.

Investimento em educação: o acesso à educação é fundamental para a redução da desigualdade. O investimento em escolas públicas de qualidade, bem como em programas de bolsas de estudo e outras medidas que tornem a educação mais acessível para todos, pode ajudar a garantir que todos tenham a mesma oportunidade de sucesso. Apoio aos trabalhadores de baixa renda: muitas pessoas que trabalham em empregos de baixa remuneração enfrentam dificuldades financeiras significativas. Políticas como o salário mínimo, licença parental remunerada e o seguro de desemprego podem ajudar a melhorar as condições de trabalho e reduzir a desigualdade. Investimento em habitação acessível: a habitação é uma necessidade básica, mas o acesso à habitação acessível é um desafio para muitos portugueses. Políticas que incentivem a construção de habitação social e oferecem subsídios e outras formas de ajuda financeira para aqueles que enfrentam dificuldades para encontrar moradias podem ajudar a reduzir a desigualdade.

Incentivos fiscais para pequenas empresas: o acesso a oportunidades de emprego é um fator-chave na redução da desigualdade. Incentivos fiscais para pequenas empresas e empreendedores podem ajudar a criar empregos e estimular a economia, proporcionando mais oportunidades para as pessoas ganharem um salário justo.

Em resumo, a desigualdade social e económica é um problema complexo que requer uma abordagem multifacetada. As políticas para combater a desigualdade devem incluir medidas para redistribuir a renda, investir em educação, apoiar os trabalhadores de baixa renda, promover habitação acessível e incentivar a criação de empregos. Ao abordar essas questões de forma abrangente, podemos trabalhar juntos para reduzir a desigualdade e construir uma sociedade mais justa e equitativa.

## Política de imigração em Portugal e a integração de imigrantes

Portugal é um país com vasta tradição no domínio das migrações. Essa tradição vem sendo ancorada numa larga experiência de gestão de políticas públicas na área do acolhimento e integração de imigrantes na sociedade portuguesa, reconhecida a nível nacional e internacional, e concretizada pelo agora Alto Comissariado para as Migrações, desde 1996. Primeira figura do Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, depois enquanto Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) e mais tarde, em 2007, enquanto Alto Comissariado para a Imigração

eDiálogo Intercultural (ACIDI), em parceria com inúmeras autarquias e entidades da sociedade civil a nível local, um extraordinário caminho tem vindo a ser feito. Reconhecendo-se que a integração acontece a nível local, Portugal tem sido exemplo de concretização dos objetivos previstos na Agenda Comum para a Integração de Nacionais de Países Terceiros que recomenda, precisamente, que os estados-membros promovam políticas de integração a nível local, melhorem a cooperação entre diferentes níveis de governança (nacional, regional e local) e promovam a monitorização dos serviços e políticas desenvolvidas nesses diferentes níveis, sinalizando práticas inspiradoras.

Assume-se, assim, que o diagnóstico das políticas de integração a nível local é de extrema relevância, particularmente, quando Portugal tem sido um dos países pioneiros na implementação de Planos Nacionais para a Integração de Imigrantes (PII - 2007/2009 e 2010/2013) e, mais recentemente, na operacionalização do Plano Estratégico para as Migrações (PEM – 2015/2020).

Emblematicamente, e como primeira medida das 106 que o integram, o PEM incentiva o desenvolvimento de planos municipais, a promover pelas autarquias, de que são exemplo 21 concelhos de Portugal pioneiros nesta matéria. É neste quadro que Portugal tem sido um país pioneiro na integração dos imigrantes a nível local, concretizando uma integração de proximidade, estabelecida na relação com os serviços locais e os cidadãos imigrantes, nomeadamente através das Associações de Imigrantes conferindo-lhes direitos e deveres equivalentes aos nacionais e promovendo processos de valorização da diversidade cultural existente no território nacional, desenvolvidos na interação das comunidades imigrantes com a sociedade de acolhimento. É nesta feliz conjugação de esforços entre administração central, regional e local que a proximidade se estrutura. Mas é, também, através cada um de nós, naquela que é a nossa esfera de atuação pessoal que a integração acontece: no nosso prédio, na nossa rua, no nosso bairro, na nossa comunidade. É aí, ao final do dia, que a integração acontece. É lá, no local.

A integração bem-sucedida dos migrantes é essencial para a coesão social, a prosperidade europeia e para uma economia dinâmica que funcione para todos. Embora os Estados-Membros sejam os principais responsáveis pela integração, a UE apoia as autoridades nacionais e locais no que respeita à coordenação de políticas, ao intercâmbio de conhecimentos e à disponibilização de recursos financeiros, como explica a Comissão Europeia.

De acordo com a Comissão Europeia, há 23 milhões de nacionais de países terceiros a viver na UE, o que equivale a 5,1 % da população total da UE. Os novos migrantes que se estabelecem na UE todos os anos representam menos de 0,5% da população da UE. O Tratado de Lisboa introduziu uma nova base jurídica para promover medidas de integração, nomeadamente através de uma cooperação reforçada (artigo 20.º do TUE) e de uma cooperação estruturada permanente (artigo 46.º do TUE). A UE pode incentivar e apoiar as medidas adotadas pelos Estados-Membros, a fim de promover a integração de nacionais de países terceiros que sejam

residentes legais; porém, a legislação da UE não prevê a harmonização das legislações e regulamentações nacionais. A Declaração de Zaragoza de 2010 estabeleceu os indicadores de integração: Emprego; Educação; Inclusão Social e; Cidadania Ativa.

Para avaliar a forma como um país aplica as estratégias desenvolvidas para integrar os imigrantes que acolhe, o Índice de Políticas Migratórias de Integração de 2020 (MIPEX 2020) tem em conta as políticas de imigração relativas à integração e avalia oito categorias de áreas legislativas, sendo estas: mobilidade no mercado de trabalho; reagrupamento familiar; educação; saúde; participação política; residência permanente; acesso à nacionalidade e; antidiscriminação.

Resultados publicados no MIPEX, em 2019, sobre políticas e leis de antidiscriminação, que têm como objetivo combater a discriminação de imigrantes em diversas áreas, deram o máximo de 100 pontos à Suécia e a Portugal nesta categoria. Portugal tem vindo a melhorar as condições que oferece aos imigrantes e, em 2019, obteve o terceiro lugar no MIPEX, ficando apenas atrás da Suécia e Finlândia. Em Portugal, de acordo com o Plano Estratégico para as Migrações, os elementos de apoio à integração passam por assistência com alojamento, apoio familiar de mentores, acesso a cursos de aprendizagem de língua portuguesa, acesso à educação infantil e jovem, desenvolvimento profissional, acesso aos serviços públicos de saúde e iniciativas de integração sociocultural.

Portugal aceitou participar no esquema de recolocação voluntária e assumiu o compromisso de receber aproximadamente 500 Crianças e Jovens Estrangeiros Não Acompanhados (c/JENA) entre 2020 e 2021, tendo sido abertas quatro Casas de Acolhimento Especializado com equipas técnicas e educativas próprias.

Em dezembro, Portugal recebeu um último grupo de 33 crianças e jovens estrangeiros não acompanhados, provenientes dos campos de refugiados da Grécia, perfazendo assim um total de 199 crianças e jovens no país, cumprindo 40% do objetivo inicialmente delineado. Em 2021 Portugal foi o 3.º Estado-Membro que mais menores não acompanhados acolheu, a seguir à França e à Alemanha.

No caso de menores não acompanhados que chegam a Portugal, quer seja através de pedidos de asilo espontâneos ou de programas de recolocação, o Conselho Português para os Refugiados (CPR) garante alimentação e alojamento e ainda providencia assistência psicossocial, encaminhamento para o Serviço Nacional de Saúde, aulas de língua portuguesa e acesso aos sistemas de ensino. Estes elementos fazem parte do processo de integração e são absolutamente essenciais para uma adaptação à sociedade.

Juntamente com as políticas de asilo, a UE apoia a integração dos refugiados nas sociedades europeias através, por exemplo, do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), principal instrumento do orçamento da UE para financiar a área do asilo.

## A igualdade de género e a representação feminina na política portuguesa

A sub-representação das mulheres na política é um fenómeno universal como poucos. Perante a consciência desta desigualdade injusta, mais de uma centena de países, de diferentes partes do mundo, adotaram uma postura mais proativa nas últimas décadas, recorrendo a várias medidas de ação positiva, com o intuito de solucionar este problema social de uma forma mais rápida e eficaz. Nesta fase, podemos já afirmar que medidas como as “quotas voluntárias dos partidos” e a “Lei da Paridade”, adotadas por 23 dos 28 países da União Europeia, inclusive por Portugal (Lei Orgânica nº 3/2006, de 21 de agosto, implementada no ciclo eleitoral de 2009 e já várias vezes documentada), constituíram um grande passo relativamente à promoção da igualdade de género na política, tendo, sem dúvida, contribuído para aumentar o número de mulheres neste contexto.

Apesar disso, a política continua a ser estruturada pela divisão sexual do trabalho e a “feminização” ainda não é acompanhada por uma verdadeira partilha do poder entre os homens e as mulheres políticos/as. Tal significa que, na política, as mulheres continuam a ser uma minoria, não só por serem menos numerosas do que os homens no contexto, mas, e sobretudo, porque eles continuam a dominá-lo e elas continuam a ter de lutar para legitimar o seu lugar. Dito de outra forma, as medidas foram, sem dúvida, benéficas, no que concerne à representação descritiva das mulheres na política, mas ainda é cedo para gerarem mudanças em termos da sua representação mais substantiva no contexto do poder e da tomada de decisão. De facto, os dados internacionais mostram que esta realidade, claramente discriminatória, tem vindo a mudar nos vários continentes, muito graças a medidas deste tipo, registando-se já um aumento do número de mulheres em posições de liderança nas instituições políticas legislativas e executivas em diversos países do mundo, situados em África, na América Latina e na Europa.

Ao nível dos parlamentos nacionais, por exemplo, a União Interparlamentar mostra que, em dezembro de 2005, o Ruanda (48,8%), a Suécia (45,3%) e a Noruega (37,9%) ocupavam os três primeiros lugares do ranking mundial, em 187 países. Portugal, que só viria a implementar a Lei da Paridade em 2009, situava-se, na altura, em 42º lugar, com apenas 21,3% mulheres no Parlamento. Atualmente, o Ruanda (61,3%) mantém-se no 1º lugar, mas é seguido pela Bolívia (53,1%, que em 2005 se encontrava em 64º lugar, com apenas 16,9% de mulheres) e por Cuba (48,9% de mulheres, que em 2005 se encontrava em 8º lugar, com 36%) que, com a implementação de medidas de ação positiva, ultrapassaram os países do Norte da Europa, historicamente mais igualitários. A Lei da Paridade também levou Portugal a subir para 29º lugar (34,8%), estando agora entre os 30 países mais paritários do mundo, em 193 países.

Apesar da evolução positiva registada nos últimos anos, os meios (i.e., as medidas “artificiais”) utilizados para atingir a igualdade têm gerado fortes

controvérsias sociais, o que tem despertado o interesse por parte da academia, levando à produção de mais conhecimento sobre o tema. É, agora, consensual que a realidade (assimétrica) existente entre mulheres e homens na política, resulta de processos muito complexos e da interação de diversos fatores (e.g., culturais, situacionais, institucionais, estruturais e ideológicos) que, por estarem profundamente enraizados nas estruturas sociais, tornam mais difícil a mudança para a igualdade. A investigação tem vindo, por exemplo, a tornar clara a influência do género nesta questão, constituindo, sem dúvida, uma das grandes barreiras ao maior progresso da igualdade de participação entre mulheres e homens, tanto ao nível nacional, como local.

Esta influência é particularmente evidente na distribuição das pastas ministeriais (continuando os homens a dominar as chamadas pastas “hard”, relativas à defesa, à justiça e à política externa, e as mulheres a ocupar mais as pastas ditas “soft”, relativas à educação, à saúde e à cultura); no cargo de primeiro-ministro (por exemplo, em Portugal, só uma mulher ocupou o cargo e apenas durante cinco meses – Maria de Lourdes Pintasilgo – sendo indigitada Primeira-Ministra, em 1979, para chefiar um Governo de iniciativa presidencial); e nos cargos de presidentes ao nível nacional (nenhuma mulher ocupou o cargo de Presidente da República no nosso país), mas também ao nível local (o número de cargos de Presidente de Câmara ocupados por mulheres constitui um bom exemplo disso, tendo atingido o seu máximo nas eleições autárquicas de 2009, com 23 mulheres a ocuparem o cargo, em 308 câmaras existentes, ou seja, a percentagem verdadeiramente irrisória de 7,5%, onde estagnou).

Estes resultados são reveladores da fraca evolução existente neste âmbito, percebendo-se não só que há resistências, mas também que o “espírito” da lei (a representação paritária) não foi ainda verdadeiramente interiorizado pela elite política, fenómeno particularmente visível quando olhamos para os cargos políticos onde a Lei da Paridade não se aplica, como os apontados. É certo que, embora este tipo de medidas constitua um mecanismo crucial para redinamizar o progresso no sentido da igualdade de género, não é uma condição necessária, como se verifica pelos casos (raros) da Finlândia (42,0%) e da Dinamarca (37,4%), mas também não é uma condição suficiente, como ilustra o caso do Brasil (10,7%). Para assegurar a promoção de uma igualdade de género mais efetiva poderão ser desenvolvidas diversas ações e estratégias alternativas ou complementares, seja por parte da sociedade civil, seja pelos partidos políticos, ou pelo parlamento e pelos órgãos do Estado.

Em Portugal, é evidente que, ao nível do poder local, a evolução para a igualdade tem sido mais lenta, havendo já quem se questione se não serão necessárias medidas alternativas à Lei da Paridade. De facto, uma década após a sua adoção, a participação das mulheres na política autárquica continua abaixo do requerido pela mesma (33,3%) em todos os órgãos. A escassa evolução registada a este nível já tinha sido salientada em 2005, por Albertina Jordão, após uma análise de três eleições locais, realizadas em Portugal (1993, 1997, 2001), e em 2008, por Pedro Nunes, após uma análise sobre a participação das mulheres na administração local autárquica nos



últimos 25 anos (entre 1982 e 2005), levando a concluir que a representação das mulheres na política local continuava “confrangedoramente baixa”.

O balanço das eleições autárquicas de 2009 também foi menos positivo do que o esperado, embora a percentagem total de mulheres nos órgãos autárquicos tenha aumentado oito pontos percentuais, passando de 19,3 para 27,6%. Na altura, foram identificadas resistências à mudança por parte do sistema, sendo contornadas e violadas diversas listas. Com efeito, neste ano, dos cinco grandes partidos com assento parlamentar, violaram a Lei da Paridade 53 listas apresentadas a 308 concelhos, câmaras e assembleias municipais (21 listas da CDU, 19 do PS, 6 do PSD, 5 do CDS-PP e 2 do BE). Também foi perceptível a decisão adotada pelos partidos políticos (salvo algumas exceções, nomeadamente por parte do BE) de cumprirem o “mínimo” na composição das listas, colocando, frequentemente, as mulheres em 3º, 6º e 9º lugares das listas, ou seja, o último lugar obrigatório para cumprirem a Lei da Paridade. Esta é, certamente, uma das razões pelas quais os resultados das eleições autárquicas de 2009 ficaram aquém do que se pretendia com a Lei da Paridade, sobretudo ao nível dos órgãos executivos (da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, com 25,3% e 20,2%, respetivamente), onde a percentagem de mulheres foi bastante mais baixa do que nos órgãos deliberativos (na Assembleia Municipal e na Assembleia de Freguesia, com 30,0% e 30,3%, respetivamente).

Nas eleições de 2013 o espírito manteve-se mais ao menos o mesmo que nas eleições anteriores. Segundo a Direção-Geral de Administração Interna, a percentagem total de mulheres nos órgãos autárquicos pouco aumentou (31,1%), continuando bastante mais baixa nos órgãos executivos (na Câmara Municipal e na Junta de Freguesia, com 26,6% e 26,1%, respetivamente) do que nos órgãos deliberativos (na Assembleia Municipal e na Assembleia de Freguesia, com 31,7% e 33,2%, respetivamente). Tal resultado é revelador das fortes resistências à mudança existentes, mostrando que, apesar da implementação de uma lei que pretende promover a igualdade de género, o poder autárquico continua a ser dominado pelos homens. Dois estudos recentes (um estudo com entrevistas a 22 mulheres políticas dos cinco grandes partidos em atividade ao nível local no Centro e Norte de Portugal e outro estudo com entrevistas a 19 pessoas chave do PS, envolvidas no poder político europeu, nacional e local) vieram confirmar que a implementação desta lei ainda não perturbou a ordem social de género que estrutura a política local, permanecendo uma hierarquia assimétrica entre homens e mulheres, com claras desvantagens para as últimas. Tal significa que, embora a “feminização da política”, provocada pela Lei da Paridade, já tenha gerado algumas mudanças, continua a ser um mundo fortemente genderizado, ainda que esta visão seja mais forte entre as entrevistadas do que entre os entrevistados.

A título ilustrativo, há um consenso entre as entrevistadas e os entrevistados do PS (partido promotor desta lei), relativamente à existência de mudanças na política, mas não quanto ao que, de facto, mudou: enquanto os homens referem já perceber várias mudanças, nomeadamente no que concerne à disputa de lugares, à linguagem utilizada, ao trato no confronto parlamentar, à agenda política e, até mesmo, ao nível

do poder e da tomada da decisão; as mulheres admitem só perceber mudanças ao nível da aparência (e.g., da indumentária) e das ideias.

Em geral, é partilhada a ideia de que a Lei da Paridade serviu para abrir as portas e dar espaço às mulheres na política. Mas as entrevistadas defendem que este mundo permanece masculino, assegurando que o poder continua nas mãos dos homens e que as mulheres se percebem (e continuam a ser percebidas) como “o outro”; e a sentir-se muito inseguras, até porque continua a haver uma elevada vigilância do seu desempenho; a ser sujeitas a um maior escrutínio do que eles (continuando a dever provar que têm competências); a ser sujeitas a sanções informais; a encontrar mais obstáculos, apesar das suas qualificações; e a ter poucas ‘redes informais’. Além disso, é a elas que continua a caber a questão da “conciliação” da vida política e da vida familiar; continuando a carregar a chamada “dupla jornada de trabalho”.

Em suma, 10 anos depois da implementação da lei, ainda não são perceptíveis mudanças claras na forma de fazer política, nem nos jogos e estratégias de poder. Percebe-se que os homens continuam a ter mais “redes informais” e a fazer lobbying (são os chamados “clubes masculinos”), cooperando bastante mais entre eles do que o fazem as mulheres. Tal coloca as mulheres políticas em desvantagem, porque, como ainda não conseguiram construir e fortalecer redes, também não conseguem construir relações de poder ou de influência tão facilmente como eles. Talvez por essa razão, é agora mais consensual que, na prática, a Lei da Paridade foi, e continua a ser, indispensável, um passo decisivo na atenuação das desigualdades de género existentes na política, contribuindo para melhorar mais rapidamente a qualidade da democracia.

Este ano, as eleições autárquicas constituem mais uma oportunidade de os partidos políticos mostrarem que o “espírito da lei” foi efetivamente interiorizado, caso contrário, torna-se imperativo o recurso a estratégias alternativas promotoras de uma democracia mais plena. Para já, as notícias que nos vão chegando sobre algumas das candidaturas trazem-nos algum alento, parecendo ter havido uma espécie de “efeito de contágio” positivo entre os vários partidos, mas fiquemos vigilantes.

Neste documento podem ser consultadas os números relacionados com a distribuição de presidentes de câmaras, por distrito e sexo, a evolução da proporção de mulheres e homens presidentes de câmara, bem como as cabeças de lista às câmaras municipais, por sexo, em 2021.

## A reforma do sistema político português e o papel dos partidos políticos

É sempre para mim uma enorme satisfação poder dirigir-me a uma plateia de gente jovem e interessada no funcionamento da coisa pública, ciosa de um profícuo debate de ideias e consciente da necessária elevação e rigor que são exigidos à discussão destas matérias. Já há muito tempo que acompanho a dinâmica do

Movimento Missão Portugal e posso mesmo dizer que tenho uma quota-parte de responsabilidade na sua origem, pois não é excessivo lembrar aos que mais recentemente chegam ao Movimento que a institucionalização e os primeiros passos forma dados nas instalações do Instituto Francisco Sá Carneiro, a que tenho a honra de presidir. Cabe-me por isso, na cumplicidade desta já longa relação, agradecer ao Dr. Júlio Pinheiro, Presidente do Movimento, o convite para estar hoje aqui, testemunhando as minhas impressões sobre o Parlamento e a reforma do sistema político em Portugal.

A reforma do sistema político português constitui uma exigência antiga já proclamada por muitos, desde há longos anos. Diagnosticados que foram alguns dos males de que padecia, já muito se debateu acerca da terapia a aplicar, sem ainda se ter consensualizado qual a solução milagrosa que apure o funcionamento do sistema, tornando-o mais próximo dos cidadãos e simultaneamente mais eficaz na resposta às aspirações do povo português.

No entanto, vivemos hoje um tempo de soluções em que não mais se pode circunscrever a reforma necessária e urgente a um debate inconclusivo. É preciso encontrar a resposta consensual e possível que permita a mudança. Quando assumi o cargo de Presidente da Assembleia da República em Abril do ano passado, afirmei que trazia comigo uma agenda para cumprir. Esta poderia resumir-se à promoção e melhoria da qualidade do trabalho do Parlamento. Tal tarefa, por seu turno, não se pode circunscrever ao labor individual de um deputado, antes requer o compromisso e o empenho de todos, sustentado na noção do servir que deve orientar o próprio exercício do poder político. Foi com este espírito, animado pelo objectivo claro de recuperar o peso político do Parlamento, para com isso reforçar a consideração social que a instituição merece, que foi constituída na Assembleia da República uma Comissão específica para a Reforma do Sistema Político. Dando resposta ao desafio lançado pelo Senhor Presidente da República na cerimónia do 25 de Abril, no Parlamento, e secundando a carta que me foi dirigida pelo Senhor Primeiro-Ministro, a Assembleia da República centralizou no seu seio a reflexão e o debate sobre esta temática.

Foram até hoje ouvidas vinte personalidades do mundo político e académico, desde responsáveis políticos que já exerceram os mais altos cargos da Nação, como o General Ramalho Eanes, o Dr. Mário Soares, o Prof. Doutor Barbosa de Melo, a Eng.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Pintassilgo, o Prof. Doutor Freitas do Amaral, o Prof. Doutor Adriano Moreira, chegando a quem ainda se encontra no activo como o meu conterrâneo Sr. Carlos César. Foram também ouvidos os mais reputados especialistas universitários da nossa Academia como o Prof. Doutor Braga da Cruz, o Prof. Doutor António Barreto, o Prof. Doutor Jorge Miranda, o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa e ainda um grupo de jovens investigadores do Instituto de Ciências Sociais que recentemente lançou a interessante obra "O Parlamento Português: Uma Reforma Necessária". Com tão vasto leque de personalidades, acolhendo as mais diversas sugestões da sociedade civil, a Comissão para a Reforma do Sistema Político deverá apresentar em breve uma proposta, cuja reflexão e debate tem de alargar-se a todos os deputados, esperando

que do salutar confronto de ideias resulte uma solução eficaz para a melhoria do funcionamento do regime democrático português.

Se no cumprimento desta missão todos se empenharem com vigor, procurando satisfazer o interesse nacional mais do que qualquer interesse político-partidário, estou certo que disso muito beneficiará o Parlamento, porque cumpre a sua obrigação; mas muito beneficiará o País pois terá na Assembleia da República uma instituição cujo regular funcionamento assegura o aprofundamento e a excelência da própria democracia. São muitos os males de que enferma actualmente o nosso sistema político. É preciso mudar alguns aspectos, aperfeiçoando o seu funcionamento, garantindo a lógica de cheks and ballances tão cara ao modelo norte-americano; mas é preciso, sobretudo, garantir uma maior proximidade entre eleitos e eleitores. A democracia é um regime político exigente, o mais exigente dos que existiram até hoje na história da humanidade. Esta sua qualidade evidencia-se em dois níveis, distintos mas complementares. Em primeiro lugar, nos cidadãos eleitores que escolhem os programas e os políticos que hão-de governar e a quem se pede ainda uma intervenção participativa na coisa pública. Em segundo lugar, nos eleitos de quem se espera uma integral adesão ao prosseguimento do interesse público e do bem comum.

É desta inter-relação elementar que depende a qualidade da democracia. Existem, depois, inúmeras outras condicionantes, mas esta liga-se à própria essência do sistema. Portanto, a eleitos e eleitores se pede algo decisivo - uma conduta sustentada em valores e convicções, onde a ética assuma um lugar primordial.

A busca da excelência no cumprimento dos nossos deveres é o primeiro requisito para que a democracia possa continuar a reformar-se, adaptando-se aos novos tempos, realizando os objectivos que se propõe. Podem depois encontrar-se variadas soluções estruturais, no âmbito do Estado e do Parlamento, em cada tempo histórico; mas só a garantia do respeito por uma ética de responsabilidade poderá continuar a determinar o nosso sucesso como políticos democráticos e o sucesso da própria democracia. Com base nisto, apresenta-se como ambição essencial para assegurar o funcionamento do sistema uma estreita confiança dos cidadãos nos seus representantes. Sem esta garantia todo o edifício político se desmorona pela base. Não é possível ambicionar o normal funcionamento das instituições sem a identificação entre quem elege e quem é eleito. As instituições ganham vida pela vida que as pessoas lhes emprestam e essas pessoas são as que nós escolhemos para gerirem a colectividade.

Por isso, as linhas gerais para a reforma do sistema político têm de ser muito sensíveis a esta questão. Neste contexto, que evolução deverá, então, conhecer o Parlamento Português? Tradicionalmente, o Parlamento é o alvo privilegiado de grande parte das críticas que se dirigem ao sistema. Mas estas críticas não visam em regra a essência do sistema, antes, a funcionalidade do mesmo. No caso nacional, a Assembleia da República, à semelhança do que acontece nas demais democracias parlamentares, constitui barómetro privilegiado da relação entre as expectativas dos cidadãos e as respostas da democracia.

Nos últimos anos registou-se um agravamento continuado da imagem que os portugueses fazem do órgão maximamente representativo do nosso regime democrático, que é a Assembleia da República. Este facto deve-nos preocupar a todos! Os sinais mais recentes apontam, após um período curto de ligeira recuperação, para a retomada da tendência de apreciação negativa do Parlamento.

Na minha opinião, um dos aspectos do problema reside na errada ideia que a qualidade do Parlamento é medida pelo número de iniciativas parlamentares apresentadas e de leis delas resultantes. Se esse fosse o único indicador, então o caso português constituiria um assinalável exemplo de sucesso. Só que um Parlamento que gasta todo o seu tempo a formular, discutir, emendar e aprovar um grande número de leis, que acabam por ser, necessariamente, leis muito sectoriais, fica sem disponibilidade para dar voz a grandes debates políticos e para exercer o seu poder fiscalizador da actividade do poder executivo. Por isso, reduzir o Parlamento apenas à produção legislativa constitui a melhor garantia para facilitar e apressar o seu declínio. O Parlamento é, antes de mais, um lugar de representação política de uma sociedade complexa que tem de ser governada e que exige que as suas preferências sejam transformadas em decisões. É a sede onde se manifesta a maioria que apoia o governo, bem como a oposição crítica de controlo à actividade do Executivo. Entendo por isso que o Parlamento deve reforçar o seu papel como centro do debate político. Nele, maioria e oposição se confrontam na defesa de ideias e programas, devendo ter sempre por base uma ética de responsabilidade.

A consagração prática deste objectivo envolve o compromisso empenhado de todos no esforço comum de fortalecer a dignidade e a eficácia do Parlamento e portanto a sua imagem pública. Relembrando mais uma vez o discurso feito após a minha eleição como Presidente do Parlamento, seja-me permitido citar a seguinte passagem: "o Primeiro-Ministro e os Ministros devem vir aqui com regularidade, responder a perguntas; vou pedir mesmo ao novo Primeiro-Ministro que os anúncios de medidas de política, para dar execução ao Programa do Governo ou para fazer face a problemas de actualidade, passem a ser feitos perante o Parlamento, em sessão plenária ou das comissões competentes, sujeitando-se assim logo à prova de fogo do debate contraditório, que é aliás poder e dever primordial dos parlamentares e constitui estímulo para a qualidade da acção governativa". Este objectivo tem sido conseguido, no essencial.

Penso que esta relação próxima entre Governo e Parlamento é fundamental, não só para a centragem da vida política na sede da democracia, mas também para a elevação do debate político em Portugal, afastando-o de outros âmbitos, não tão apropriados, como são os telejornais ou os fóruns radiofónicos. Na minha perspectiva, este é um passo essencial para resgatar o interesse participativo dos cidadãos na vida pública. Sendo uma meta ambiciosa mas possível, não posso deixar de elogiar o Primeiro-Ministro José Manuel Durão Barroso, pelo empenho que até agora patenteou, participando com regularidade em debates no Hemiciclo do Palácio de São Bento. São práticas como estas que podem inverter a crescente abstenção dos cidadãos perante a coisa pública, sempre confirmada com lástima nos diversos actos

eleitorais, revelando um certo mal-estar larvante entre os cidadãos, aparentemente desiludidos, senão mesmo zangados, com as instituições democráticas e os responsáveis políticos. Sem qualquer presunção em querer percorrer tudo o que é necessário fazer, tenho algumas ideias concretas sobre aquilo que será possível mudar.

Começando pelos partidos políticos, entendo que a reclamação de transparência no funcionamento dos partidos políticos é já um dado adquirido e um sinal de maturidade cívica. Critica-se muito a partidocracia, com isso pretendendo limitar-se qualquer assomo de poder excessivo das organizações partidárias. Exige-se que os partidos sejam abertos e com regras internas democráticas. A Constituição vai já bem longe quanto a tais requisitos, submetendo a aplicação dessas regras, nomeadamente as referentes a eleições, a controle jurisdicional. Mas o aspecto mais controverso diz respeito ao financiamento das actividades partidárias. Concorrendo os partidos entre si para a conquista e exercício do poder do Estado, é natural que se tomem providências para garantir que as ajudas recebidas não redundem em favores ou vantagens indevidas. Ora, não deixa de ser curioso que os partidos no poder habitualmente nadem em dinheiro, enquanto os da Oposição vegetam perto da penúria... Um dos remédios para esses males seria a proibição do financiamento partidário por via de donativos de empresas privadas. Alguns vão mesmo mais longe, propondo o termo do financiamento privado dos partidos. Ao Estado caberia então, reconhecendo a função dos partidos no regime democrático pluralista, definir um quadro de ajudas suficiente.

É neste sentido que se estão inclinando muitas opiniões. Trata-se apenas de dar mais um passo em esquemas já operativos. Através do orçamento da Assembleia da República, o Estado subsidia, anualmente, os partidos parlamentares, em função dos votos recebidos nas últimas eleições gerais.

A sensibilidade dos contribuintes não pode, porém, deixar de ser tida em consideração. O apego dos portugueses e das portuguesas à liberdade e à democracia tornará certamente aceitável o princípio exposto. Mas da parte dos partidos políticos - já hoje em dia sujeitos a apertados controles jurisdicionais das suas contas - terá de haver um grande esforço de contenção nos gastos, nomeadamente em época de eleições. O que se tem passado neste domínio é um exagero a que convém pôr cobro quanto antes. Outra questão premente relaciona-se com a criação ou não de círculo uninominais. Esta solução milagrosa defendida nos últimos tempos levanta-me sérias dúvidas quanto à eficácia dela sobre aquilo que se pretende combater. Com o argumento de aproximar os eleitos e eleitores, identificando o eleito aos olhos de quem vota, temo que se inverta a própria natureza da representação parlamentar.

Julgo que a criação de círculos eleitorais uninominais talvez não seja a panaceia que alguns apregoam. Começou a propor-se esta solução logo nos primeiros tempos de funcionamento do novo regime democrático constitucional. O princípio da proporcionalidade travou tais pretensões. Os projectos agora existentes procuram conciliar a eleição por círculos uninominais com o princípio constitucional da proporcionalidade. Daí a existência de um círculo nacional, em que a eleição é feita por

listas partidárias, aventando-se ainda o recurso a outros factores correctivos intermédios. Em tempos de grande personalização do poder, acelerada pelo impacto dos meios de comunicação social, com destaque para a televisão, as eleições legislativas gerais tornaram-se na escolha indirecta do Chefe do Governo. Admito que uma votação assim, plebiscitária, tenha muitos inconvenientes. Mas temo que tal esteja absorvido no normal funcionamento da nossa democracia, pelo que não me parece líquido que uma reforma como a agora pretendida possa ser feita facilmente e sem resultados perversos.

Proponho, então, que a solução recaia sobre a diminuição dos círculos eleitorais existentes, garantindo essa aproximação, ao mesmo tempo que se mantém a regra de proporcionalidade representativa, evitando uma excessiva bipolarização do Parlamento. Quanto ao modelo constitucional do Estado, outra questão que tem apaixonado a sociedade política portuguesa é a da criação de uma segunda câmara, recuperando o velho senado que já em tempos existiu em Portugal. Pessoalmente, sou contra tal solução. A existência de uma câmara alta justifica-se, fundamentalmente em países com uma realidade federal ou onde as diferenças regionais imponham uma representação territorial para além da proporcional. Manifestamente não é o caso português. As únicas diferenças geográficas em Portugal já se encontram devidamente salvaguardadas no quadro das autonomias regionais e sobre esta matéria, embora hajam sempre aperfeiçoamento a fazer e assinalando a individualidade dos dois casos concretos, as instituições têm funcionado devidamente. Apoiando a criação de um Senado, muitos têm defendido a perspectiva de se aproveitar a mais valia de certas "reservas da Nação" que por aí andam dispersas. No entanto, não posso considerá-lo como válido, pois são vários os meios por onde esses cidadãos se têm, sempre que o desejam, mantido activos na sociedade e na vida política portuguesas.

Acrescentando a tudo isto, julgo que tal realidade seria alvo de muitos receios, já para não falar nos problemas de articulação do processo legislativo. A difícil situação económica em que hoje nos patenteia veleidades para a duplicação de custos de funcionamento do Parlamento Português. A começar por mim próprio, julgo que a opinião pública não o iria compreender. Muitas outras questões poderiam ser aqui equacionadas, mas estou certo que não deixaremos de as abordar no debate que se seguirá.

Em jeito de conclusão, gostaria de retomar a minha preocupação inicial. Qualquer reforma séria do sistema político português deverá sustentar-se na ética da responsabilidade e no culto da excelência. As exigências da democracia na resposta aos anseios dos cidadãos impõem que qualquer solução encontrada honre a confiança que, nos eleitos, os eleitores depositaram.

# Conclusão

O conflito de concepções do diálogo platônico é, além de interessantíssimo, muito ilustrativo de um debate público. Apesar de Sócrates rebater individualmente cada uma das acusações com poderosos argumentos, o centro de debate é a diferença entre a concepção de um bom cidadão para o senso comum ateniense, descrito por Meletus, Anytus e Lycon e a perspectiva de cidadão virtuoso socrática.

Os contra-argumentos levantados por Sócrates demonstram com precisão a disparidade de concepções e a força dos argumentos próprios do bom cidadão para a pólis na opinião do filósofo. Entre eles, destaca-se: “Melhores dos homens, vocês são atenienses, da melhor das cidades com a melhor reputação por sua sabedoria e força. Vocês não têm vergonha de tanto se preocupar com ter a maior quantidade de dinheiro possível e com reputação e honra, mas não se preocupar com a prudência e com a verdade? Como suas almas serão as melhores possíveis?”

O filósofo completa: “E, se um de vocês contestar e afirmar que se importa, eu (...) vou falar com ele, examiná-lo e testá-lo. E, se ele não me parecer possuir virtude, mas apenas dizer que possui, eu o censurarei, dizendo que ele considera as coisas mais importantes como as piores e as coisas mais insanas como as mais importantes”.

Sócrates, contudo, é condenado pelo tribunal ateniense. Os cidadãos, seguindo as regras atenienses, decidem pela condenação do filósofo a pena de morte. Algo esperado por Sócrates como ele deixa claro ao longo do diálogo. A dura decisão da cidade de penalizar as investigações filosóficas com a pena de morte é tomada por uma pequena margem de 30 votos.

Para a presente abordagem, deve-se deixar claro que o pensador grego combate ativamente a acusação, demonstrando, em diversas passagens, como ela é injusta, equivocada e falsa. Os argumentos trazidos por ele vão desde da apresentação das contradições das imputações até a má-compreensão dos deuses, perseguição e desavenças morais.